

nos facultou e também na descrição, que ela mesma integra, da diversidade de pontos de vista do seu autor e de um outro autor, Valentim Alexandre. Esta diversidade, de resto, esteve na origem de uma polémica que é pública³. O desentendimento entre os dois autores também percorre toda a obra porque, na verdade, Valentim Alexandre desenvolve um raciocínio que é o inverso do de João Pedro Marques, ao relacionar o fracasso da vontade abolicionista portuguesa — uma vontade que situa em Palmela e em Sá da Bandeira, igualmente relacionada com a honra nacional e com os projectos de colonização de África — com circunstâncias externas, como a resistência que esse abolicionismo suscitara nas colónias e a debilidade dos meios financeiros e materiais para o combate ao tráfico, bem como, de novo, com a defesa da honra nacional face à intervenção britânica. A emergência de tópicos abolicionistas no ambiente cultural do Portugal de Oitocentos também não é valorizada por este autor, que,

diz-nos João Pedro Marques, dá pouca atenção ao que se passava na sociedade portuguesa, por ele transformada numa «entidade relativamente neutra, nem favorável nem adversa à abolição» (p. 17). Isso não o impede, contudo, de reconhecer a influência do abolicionismo inglês e de classificar determinadas figuras — e, entre elas, Sá da Bandeira — como sinceros abolicionistas.

Seja como for, o que resulta de mais interessante neste desentendimento não é tanto a possibilidade de tomarmos partido por uma ou outra interpretação — ou até de retirarmos de cada uma aquilo que nos parecer relevante. Muito mais interessante é o facto de, através dele, nos confrontarmos com os limites da nossa capacidade de reconhecer, de forma completa, o passado nas suas multifacetadas realidades e representações, colectivas e individuais. Essa realidade passada parece ter acontecido porque os documentos que a testemunham existem. E, no entanto, ela permanece inapreensível, irreconstituível na sua complexidade.

CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA

Olivier Fillieule, Stratégies de la rue. Les manifestations en France, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1997.

Olivier Fillieule é um autor conhecido entre os analistas europeus da con-

³ E que pode ser acompanhada através da leitura dos artigos que ambos os autores foram publicando, tais como: João Pedro Marques, «Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico de escravos portugueses», in *Penélope*, n.º 14, 1994, e «Avaliar as provas. Resposta a Valentim Alexandre» (debate sobre o abolicionismo), in *Penélope*, n.º 15, 1995; Valentim Alexandre, «Projecto colonial e abolicionismo», in *Penélope*, n.º 14, 1994, e ««Crimes and misunderstandings». Réplica a João Pedro Marques (debate sobre o abolicionismo), in *Penélope*, n.º 15, 1995; João Pedro Marques, «O equívoco abolicionista de Setembro. Segunda resposta a Valentim Alexandre», e Valentim Alexandre, «Sem sombra de pecado. Tríplice a João Pedro Marques», in *Penélope*, n.º 17, 1997.

testação colectiva. Em 1993 editou um conjunto de trabalhos intitulado *Sociologie de la protestation* e, em conjunto com Cécile Péchu, elaborou uma síntese pormenorizada dos diferentes caminhos e progressos da análise dos movimentos sociais em *Lutter ensemble, les théories de l'action collective*. Estas duas obras contribuíram para a introdução na Europa da tradição anglo-saxónica, e em particular norte-americana, da análise da acção colectiva, numa altura em que este campo de investigação era ainda dominado por reflexões sobre os «novos» movimentos sociais, o comportamento pós-materialista e os valores da sociedade pós-industrial. Como mostra Fillieule, as teorizações sobre os «novos movimentos sociais» não são totalmente inadequadas, se bem que contemplem apenas uma pequena parte da mobilização social contemporânea.

Stratégies de la rue situa-se no campo comum à ciência política e à sociologia das mobilizações, ou seja, o campo que se ocupa da interacção entre os actores sociais, os actores políticos e os actores administrativos. Entre estes últimos, Fillieule destaca o papel da polícia, o único agente do Estado presente em todas as manifestações. O objectivo geral da obra consiste em identificar «as lógicas pelas quais os indivíduos se reúnem em projectos reivindicativos», considerando que esta reunião pressupõe o envolvimento dos indivíduos na participação política. De modo a concretizar estes objectivos, o autor utiliza uma conceptualização analítica sim-

ples e eficaz, que vai sendo desenvolvida de forma harmoniosa ao longo dos diferentes capítulos.

Olivier Fillieule estava interessado em esclarecer quem se manifesta, porquê e como. Para tanto, contou com a colaboração das autoridades policiais francesas, que lhe permitiram trabalhar com os arquivos sobre gestão da ordem pública relativos às décadas de 70 e 80. A vastidão das fontes forçou o autor a circunscrever-se às séries respeitantes a Paris e a dois departamentos heterogéneos, Nantes e Marselha. Esta opção permitiu-lhe manter uma boa parte da singularidade regional das manifestações de protesto, impedindo-o também de cair na identificação da França com Paris. As séries estatísticas, bem como a análise dos relatórios elaborados pela polícia sobre cada manifestação, constituem o componente principal da obra. Contudo, o trabalho é ainda enriquecido por um inquérito ministrado a centenas de participantes de diversas manifestações e por numerosas entrevistas a sindicalistas e a agentes policiais encarregues de cobrir as manifestações.

O livro começa por definir aquilo que se entende pelas expressões «acção colectiva», «protesto» e «manifestação». Além disso, situa o seu estudo numa linha em clara consonância com a escola da «estrutura das oportunidades políticas». Na verdade, distancia-se das concepções mais objectivistas das referidas oportunidades e insiste nas suas características relacionais, na «análise das relações entre as modificações estruturais e as

estratégias colectivas dos actores». No segundo capítulo, Fillieule procede à síntese da ampla discussão sobre a natureza política das mobilizações sociais. Além disso, depois de criticar os limites empíricos das teorias normativas da democracia representativa, abre caminho para uma definição abrangente da participação política. A sua proposta final abarca tanto a participação convencional (votar, participar em reuniões, etc.) como a não convencional, incluindo a ilegal e a violenta; todas estas seriam «acções voluntárias [...] que expressam a finalidade de influenciar as opções das políticas, a gestão dos assuntos públicos ou a eleição de dirigentes políticos em todos os níveis do governo». Em consequência, o carácter político das acções será independente da sua natureza organizada ou espontânea, episódica ou contínua, legal ou ilegal, etc. Servindo-se do seu amplo referente empírico, Fillieule conclui que os componentes legais, ilegais e violentos podem, com diferentes relações entre si, fazer parte de uma mesma acção política.

De seguida, o autor apresenta um quadro quantitativo e diacrónico das manifestações que se verificaram em França durante a década de 80, mostrando o «continente submerso» das circunstâncias nas quais os cidadãos se unem para expressar as suas reivindicações, não apenas em grandes manifestações, como também, sobretudo, em milhares de pequenos actos públicos durante os quais algumas dezenas de pessoas ocupam a rua.

O quarto capítulo é dedicado à discussão dos lugares-comuns «pós-modernos» sobre a participação política. Através da análise da evolução das manifestações ocorridas em França durante a década de 80, Olivier Fillieule conclui a inadequação empírica de três teses comuns no ensaísmo social. Em primeiro lugar, aquela que afirma o declínio da participação política dos franceses; em segundo lugar, aquela que defende o enfraquecimento da capacidade de mobilização dos actores tradicionais, em especial dos sindicatos; em terceiro e último lugar, aquela que sustenta a centralidade das reivindicações pós-materialistas nos movimentos sociais contemporâneos. A conclusão da análise de 4 500 manifestações é clara: «[...] as mobilizações mais importantes são as promovidas pelos sindicatos de assalariados», seguidas de perto pelas associações de agricultores. Ademais, estes conflitos clássicos não dão mostras de qualquer tendência decrescente, mas apenas de altos e baixos que coincidem com a conjuntura política. Em contrapartida, as reivindicações pós-materialistas alcançaram o seu ponto mais alto em finais da década de 70, mas diminuíram e mantiveram-se estáveis durante a de 80. Precisamente, o quinto capítulo procura explicar as variações no tempo da prática da manifestação, numa tentativa de demonstrar a sua sensibilidade relativamente às «oportunidades políticas», em particular as conjunturas eleitorais e as alternâncias no poder. Esta sensibilidade, como mostra Fillieule, varia de acordo com as tradições do

grupo contestatário, tal como varia também a forma da manifestação, ou seja, o recurso a uma ou outra das suas variantes. Alguns grupos preferem a manifestação estática, outros a marcha; em alguns a violência está ausente e para outros — como é o caso dos agricultores — a violência faz parte ritual do acto manifestante.

Todavia, encontramos o contributo mais original de Fillieule nos três últimos capítulos do livro, nomeadamente na análise da gestão policial das manifestações. Aqui o autor oferece-nos uma imagem pormenorizada dos corpos policiais franceses especializados na manutenção da ordem pública, descrevendo-nos os seus efectivos, os seus meios de acção no terreno e as suas conturbadas relações com o poder político, do qual dependem. Contrariamente ao que sucedia na análise dos manifestantes, tratados de modo quantitativo, a análise da actividade policial inclui abundante material etnográfico que permite compreender o sentido *vivido* das acções de manutenção da ordem. Assim, Fillieule torna patente, com especial vigor, a tensão entre os modos de acção no terreno dos agentes policiais — que reivindicam o seu domínio prático das tensões com os manifestantes — e as ordens e os interesses políticos, implicados nos conflitos pela definição do sentido das manifestações.

Por outro lado, a análise dá relevo à importância das práticas simbólicas na interacção entre os manifestantes e as forças da ordem. A manifestação é, antes de mais, uma encenação, o

que se reflecte tanto nas interacções violentas como nas negociações entre as autoridades e os organizadores sobre os trajectos permitidos e a duração da manifestação. Também se revela interessante a análise das percepções e das categorias classificativas por meio das quais os próprios polícias avaliam a legitimidade dos protestos que têm de reprimir. Em princípio, a atitude profissional exclui as simpatias e as animosidades pessoais, atendendo simplesmente ao estrito cumprimento da legalidade. Não obstante, Fillieule destaca a simpatia que a polícia de intervenção revela em relação aos mineiros e aos agricultores — embora estes sejam tradicionalmente violentos [isto é, «viris»] nas suas acções colectivas — e o seu desagrado perante os estudantes, os esquerdistas e os separatistas.

A riqueza desta análise deve-se, em grande medida, à tradição francesa de articular a produção académica com o funcionamento das diferentes administrações. Olivier Fillieule é um colaborador frequente do *Institute des Hautes Études de la Sécurité Intérieure*, uma instituição vinculada ao Ministério do Interior, que lhe facilitou o acesso às fontes. Por outro lado, os receios pela objectividade que esta «intimidade com o objecto» possa despertar são bastante mitigados se atendermos, por exemplo, à análise serena das perdas de controlo das autoridades sobre os agentes ou das práticas de provocação policial. Estas últimas são claramente apresentadas como uma decisão política para «pôr termo» a uma

manifestação, isto é, para criar as condições (desordens públicas) que permitam desmobilizar violentamente os manifestantes, sem ter de negociar nem de fazer concessões. As páginas dedicadas a este complicado tema permitem-nos aproximar-nos com muita cautela, por exemplo, da análise da relação entre a presença de «radicais» e a ocorrência de violência nas manifestações, tão em voga com a recente publicitação das acções de protesto «antiglobalização».

Por outro lado, a articulação citada permite que nas academias policiais comece a circular material académico de maior rigor e qualidade científica. Isto supõe uma saudável ruptura com o uso de obras de «história da polícia» ou de reflexão sobre a ordem pública, tradicionalmente elaboradas por comissários voluntariosos dedicados a reforçar o *esprit de corps*. Oferecer aos corpos policiais uma visão externa sobre a sua acção e missão só pode redundar em favor da democracia. Felizmente, graças às redes europeias de formação de comissários, Olivier Fillieule é hoje citado nas lições do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança, em Portugal, para afirmar a normalidade das manifestações como formas de expressão de interesses nas democracias avançadas. Esta avaliação contrasta fortemente com as tradicionais visões apocalípticas da manifestação como «multidão psicológica enfurecida» que surge ainda em alguns textos de formação prática dos agentes policiais.

José Luís Garcia (org.), **Portugal Migrante — Emigrantes e Imigrantes, Dois Estudos Introdutórios**, Oeiras, Celta Editora, 2000.

Estamos perante um livro interessante. Primeiro, porque reflecte sobre um dos traços mais permanentes de Portugal, a saber, as migrações. Segundo, porque conjuga o estudo dos movimentos clássicos de emigração — saída de portugueses — com o dos fluxos recentes de imigração — entrada de estrangeiros. Terceiro, pela profundidade de algumas das reflexões apresentadas ou, em alternativa, pelo rigor dos estudos nele incluídos. Quarto, pela reunião de esforços que representa: uma equipa de investigadores sociais de diferentes origens e gerações (José Luís Garcia, que coordenou, Helena Mateus Jerónimo, Maria Luís Rovisco, Pedro Alcântara da Silva, Cristina Matos Almeida e José Carvalho Lopes); alguns organismos oficiais que solicitaram ou patrocinaram os estudos em causa; e uma editora que tem contribuído exemplarmente para a divulgação das ciências sociais portuguesas. Relembre-se que este livro é apenas uma parte de um projecto mais vasto, intitulado «Saber Viver numa Europa Multicultural», promovido pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, que deu origem a vários trabalhos, todos publicados pela Celta Editora.

O livro reúne duas partes distintas. A primeira dedica-se ao estudo da emigração portuguesa. Tal como